



Dona Francisca Energética S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Mensagem da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Dona Francisca Energética S.A. (“DFESA”) apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como de acordo com as normas internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Foram adotadas todas as normas e suas revisões, bem como interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2025.

O ano de 2025 foi pautado pela DFESA como um período de reconstrução, com aprimoramento de práticas operacionais, aproximação com as comunidades locais e obras civis como a execução da obra dos Taludes, com foco especial no entorno da Usina. Nosso objetivo estratégico tem sido fortalecer a resiliência dos acessos e da operação, garantindo sempre as condições mais seguras para as pessoas, a barragem e os equipamentos. Todas essas ações foram conduzidas em alinhamento às exigências regulatórias do setor elétrico e com rigoroso compromisso de equilíbrio orçamentário.

Este ano foi realizado o simulado de evacuação da Zona de Auto Salvamento da Usina, uma ação planejada e conduzida com o objetivo de testar a capacidade de resposta da população e das equipes envolvidas em situações de emergência, além de, cumprir todas as exigências regulatórias do Plano de Segurança de Barragens (PSB), garantido a conformidade com as normas e protocolos da ANEEL.

No período pós-enchente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realizou fiscalização presencial na Usina, com foco na verificação das ações de segurança de barragem que haviam sido implementadas durante a ocorrência. Essa atuação teve como objetivo acompanhar a execução dos protocolos de monitoramento estrutural, controle de níveis de reservatório e medidas emergenciais de operação, avaliando sua conformidade com as exigências regulatórias aplicáveis a segurança da barragem, não constatando não conformidades.

A diretoria reforça seu compromisso em buscar soluções que conciliem segurança operacional, atendimento regulatório e sustentabilidade financeira.

Atenciosamente,

Diretoria Executiva – DFESA

Indicadores Financeiros

Em 2025, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 24,7 milhões, com EBITDA de R\$ 35,4 milhões e margem EBITDA de 53%, refletindo sólida performance operacional e eficiência na gestão de custos.

No mês de dezembro, foi efetuado o pagamento de R\$ 5 milhões à SEMA-RS (Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul) para viabilizar a aquisição de terras no Parque Estadual do Tainhas. O valor deste pagamento foi abatido do Termo de Acordo da Quarta Colônia, uma compensação ambiental firmada em 2001 entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Consórcio Dona Francisca, do qual a Dona Francisca Energética faz parte.

Esse desembolso reforça o compromisso da Companhia com o cumprimento das obrigações regulatórias previstas na concessão

Mantendo o compromisso de gerar valor aos acionistas, em 2025 foi aprovada a distribuição de R\$ 25,2 milhões a título de dividendos. Deste montante, R\$ 16,2 milhões foram pagos ao longo do ano de 2025, enquanto R\$ 9 milhões foram aprovados para distribuição nos meses de janeiro e fevereiro de 2026.

A receita proveniente da venda de energia manteve-se estável, sustentada pelos contratos de longo prazo firmados com as empresas que compõem a sociedade da DFESA, detentoras da totalidade da parcela de produção atribuída à Companhia. Esses contratos passaram por aditivos de prazo, estendendo sua vigência até 2033, o que reforça a previsibilidade e segurança do fluxo de receitas para os próximos anos.

Em 2025, a receita foi de R\$ 66,1 milhões, enquanto em 2024 totalizou R\$ 66,3 milhões.

Indicadores Operacionais e segurança

A Companhia sempre colocou a segurança das pessoas e das operações como prioridade absoluta. Incentivamos continuamente o desenvolvimento da nossa equipe e a busca por dias cada vez melhores, sempre com a segurança em primeiro lugar.

A prova desse compromisso é que, em 2025, celebramos três anos sem acidentes CPT, um marco de enorme importância não apenas para a empresa, mas, sobretudo, para cada colaborador que faz parte dessa trajetória.

No âmbito operacional, a Companhia apresentou um desempenho dentro da normalidade. A geração ficou 2% abaixo da Garantia Física (GF) anual — resultado que não implica perdas financeiras, em razão do contrato de consórcio formalizado junto à CEEE-G.

Quanto à disponibilidade, alcançamos performance superior a 98%, registrando apenas pequenas paradas programadas, o que reforça a eficiência e confiabilidade das nossas operações.

Projetos e Iniciativas Estratégicas

Os projetos mais significativos estiveram relacionados à reconstrução do entorno da Usina, manutenções e o principal que foram as obras dos Taludes após as enchentes de 2024, além das manutenções de rotina, que garantiram a segurança dos acessos e melhorias nas instalações físicas.

Agradecimentos.

Gostaríamos de registrar nosso sincero reconhecimento à equipe da DFESA e aos operadores da UHE, que têm mantido indicadores de segurança exemplares, reforçando o compromisso coletivo com a proteção das pessoas, da barragem e dos equipamentos. Esses resultados fortalecem a confiança em nossa operação.

Estendemos também nosso agradecimento aos fornecedores, que se mostraram parceiros fundamentais neste processo de reconstrução e fortalecimento da Usina.

A Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcos Prudente

Presidente do Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração

Andrea Durieux

Fernando Giacomini Machado

DIRETORIA

João Batista Pelufo Silveira

Diretor Superintendente

Paulo Afonso Lopes Kafer

Diretor

Grasiele Guedine

Contadora CRC/RS 083488-O



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Dona Francisca Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Dona Francisca Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma



Dona Francisca Energética S.A.

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




Dona Francisca Energética S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 2 de fevereiro de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6


Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1

DocuSigned by
Emerson Lima de Macedo
Signed By: EMERSON LIMA DE MACEDO-4574702553
CPF: 4574702553
Signed Date: 2/2/2026
Signed Time: 02 de fevereiro de 2026 17:09 BRT
© 2016-2025, C3 - Sistema de Recada Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC-SCM@C3-RFB-V3
F152364419124DE

Dona Francisca Energética S.A.**Balço patrimonial em 31 de dezembro***(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	15	28	Fornecedores de produtos e serviços		2.162	2.080
Aplicações financeiras	3	6.776	10.791	Obrigações trabalhistas		321	331
Contas a receber de clientes partes relacionadas	4	5.934	5.887	Imposto de renda e contribuição social a recolher		559	541
Adiantamento a Fornecedores	5	1.525	1.542	Impostos e contribuições a recolher		380	359
Outros ativos circulantes		1.979	691	Termo de acordo GSF	9	2.403	14.424
				Dividendos obrigatórios a pagar	14	9.235	232
Total do ativo circulante		<u>16.229</u>	<u>18.939</u>	Total do passivo circulante		<u>15.060</u>	<u>17.967</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Imobilizado	7	107.987	107.222	Provisão para contingências	10	291	264
Intangível	8	42.198	45.765	Programa de pesquisa e desenvolvimento	13	771	517
Total do ativo não circulante		<u>150.185</u>	<u>152.987</u>	Termo de acordo GSF	9	-	2.377
				Total do passivo não circulante		<u>1.062</u>	<u>3.158</u>
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		75.500	67.200
				Reservas de lucros		74.792	83.601
				Total do patrimônio líquido		<u>150.292</u>	<u>150.801</u>
Total do ativo		<u>166.414</u>	<u>171.926</u>	Total do patrimônio líquido e passivo		<u>166.414</u>	<u>171.926</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	15	<u>66.174</u>	<u>66.349</u>
Custo de operação	16	<u>(36.017)</u>	<u>(35.731)</u>
Lucro bruto		<u>30.157</u>	<u>30.618</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	16	(3.132)	(2.355)
Outras despesas, receitas operacionais, líquidas	16	<u>-</u>	<u>(1.186)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>27.025</u>	<u>27.077</u>
Receitas financeiras	18	1.749	1.215
Despesas financeiras	18	<u>(1.304)</u>	<u>(2.496)</u>
Resultado financeiro		<u>445</u>	<u>(1.281)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>27.470</u>	<u>25.796</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	6	<u>(2.744)</u>	<u>(2.549)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>24.726</u>	<u>23.247</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação – em R\$	11	<u>0,037</u>	<u>0,035</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	<u>24.726</u>	<u>23.247</u>
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultado abrangente do exercício	<u>24.726</u>	<u>23.247</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>				
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2024	<u>67.200</u>	<u>13.440</u>	<u>53.146</u>	<u>-</u>	<u>133.786</u>
Dividendos adicionais distribuídos de anos anteriores	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.247	23.247
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(232)	(232)
Reserva de retenção de lucros	-	-	23.015	(23.015)	-
Em 31 de dezembro de 2024	<u>67.200</u>	<u>13.440</u>	<u>70.161</u>	<u>-</u>	<u>150.801</u>
Aumento de capital	8.300	-	(8.300)	-	-
Dividendos adicionais distribuídos de anos anteriores	-	-	(25.000)	-	(25.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.726	24.726
Constituição da reserva legal	-	1.236	-	(1.236)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(235)	(235)
Reserva de retenção de lucros	-	-	23.255	(23.255)	-
Em 31 de dezembro de 2025	<u>75.500</u>	<u>14.676</u>	<u>60.116</u>	<u>-</u>	<u>150.292</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dona Francisca Energética S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	24.726	23.247
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação	4.816	5.245
Amortização	3.566	3.567
Provisão (reversão) para contingências	27	26
Outras receitas I-Recs	(64)	(166)
Termo de Acordo GSF	1.175	2.399
Receita de juros de aplicações financeiras	(1.713)	(1.197)
Receita de juros recebidos CCEE	(36)	(18)
Valor residual dos ativos imobilizados baixados	396	1
Imposto de renda e contribuição social	2.744	2.549
	<u>35.636</u>	<u>35.653</u>
Variação de ativos e passivos		
Contas a receber	(47)	2
Outras movimentações em ativos	(1.289)	701
Fornecedores	82	(8)
Termo de Acordo GSF	(14.264)	(14.264)
Outras movimentações em passivos	210	272
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>20.328</u>	<u>22.356</u>
Pagamento imposto de renda e contribuição social	(2.353)	(2.281)
Pagamento de juros Termo GSF	(1.309)	(2.525)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>16.665</u>	<u>17.550</u>
Baixa de bem imobilizado pelo recebimento de sinistro	4.600	-
Adições de imobilizado	(10.247)	(6.276)
Aplicações financeiras	(47.627)	(43.389)
Resgate de aplicações financeiras	53.355	40.358
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>82</u>	<u>(9.307)</u>
Dividendos pagos	(16.232)	(8.232)
Pagamento de projetos P&D	(528)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(16.760)</u>	<u>(8.232)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13)</u>	<u>11</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa		
no início do exercício	28	17
no final do exercício	15	28

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Dona Francisca Energética S.A. (“DFESA” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e local principal de negócios em Agudo, Rio Grande do Sul, Brasil, e tem como base de sua formação o edital de licitação da CEEE/SUG/UHEDF/96-6357 de 1996, no qual a CEEE propõe participação para exploração do potencial Hidroelétrico de sua propriedade perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), tendo como objetivo:

- (a) construir e operar a Usina Hidrelétrica Dona Francisca através da formação de um consórcio para exploração do Contrato de Concessão nº 188/98, emitido pela ANEEL;
- (b) explorar o potencial energético da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, inclusive para gerar e comercializar a correspondente energia elétrica;
- (c) prestar serviços de assistência técnica no campo de suas atividades; e
- (d) participar de outras sociedades como sócia ou acionista, desde que essas sociedades estejam de alguma forma ligadas à construção e/ou exploração da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, ou para fins fiscais, conforme estabelecido na legislação aplicável, ou ainda como investimento temporário na administração de recursos financeiros da própria Companhia.

O Contrato de Concessão nº 188/98 da ANEEL que regula a exploração compartilhada do potencial hidroelétrico da Usina Dona Francisca tem prazo de vigência de 37 anos, contados a partir da assinatura do contrato em 28 de agosto de 1998.

A participação de cada consorciado ao longo da concessão segue conforme tabela abaixo:

Companhia	Quota (%)
Para os 10 primeiros anos de operação comercial (2001 a 2011)	
CEEE-G	5
DFESA	95
Do 11º até o 20º ano de operação comercial (2011 a 2021)	
CEEE-G	10
DFESA	90
Do 21º ano de operação comercial até o fim da concessão (2037)	
CEEE-G	15
DFESA	85

A Concessão nº 188/98 da ANEEL prevê que a líder do consórcio perante o Poder Concedente é a CEEE-G, a qual tem, entre outras responsabilidades, registrar na CCEE a energia assegurada à DFESA, conforme quotas de participação, independentes do balanço energético mensal, que pertence a CEEE-G com o ônus e o bônus deste. As regulações das questões operacionais da Usina estão descritas no Contrato de Formação do Consórcio CEEE/9702955 celebrado entre DFESA e CEEE-G.

O custo de produção da Usina, tributos, encargos, ônus e/ou obrigações legais da Usina são rateados aos consorciados proporcionalmente à sua participação na concessão, entre outros destacamos serviços de O&M, Compensação Financeira, Seguros, Vigilância, Materiais e ou Equipamentos de reposição, etc.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Usina está localizada entre os Municípios de Agudo e Nova Palma, no Estado do Rio Grande do Sul, possuindo as seguintes características (informações não auditadas):

Localização:	Rio Jacuí
Capacidade instalada:	125 MW
Energia assegurada da usina (MW médio):	72,5 MW
Energia Assegurada da usina (MW ano)	635.100MWH
Unidades geradoras:	2
Início da construção:	Agosto de 1998
Entrada em operação:	Fevereiro de 2001
Última unidade a entrar em operação:	Abril de 2001
Energia assegurada da DFESA (MW médio):	65,84 MW
Energia assegurada da DFESA (MW ano):	577.634 MW

1.1 Eventos climáticos

Entre o final de abril e o início de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul enfrentou um evento climático extremo, caracterizado por chuvas intensas e persistentes, que resultaram em alagamentos e enchentes em diversas regiões. Durante esse período, a Companhia priorizou a segurança das pessoas, das comunidades no entorno da barragem e a continuidade segura de suas operações, mantendo a integralidade do fornecimento de energia e o cumprimento de todos os contratos de venda, sem prejuízo aos clientes.

Em decorrência dessa catástrofe, foram reconhecidos no resultado do exercício de 2024 custos adicionais, incluindo serviços de transporte aéreo para acesso à usina, aquisição de materiais e contratação de serviços essenciais à manutenção das operações, além de apoio logístico às populações localizadas na Zona de Autossalvamento (ZAS), conforme descrito na Nota Explicativa nº 16

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) conforme emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Dona Francisca Energética S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2026.

Resumo das políticas contábeis materiais

a. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros da Companhia, os quais são mensurados pelo valor justo.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. *Moeda funcional e moeda de apresentação*

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os valores apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo.

c. *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

d. *Aplicações financeiras*

Aplicações financeiras são classificadas pelo valor justo por meio do resultado (VJR), uma vez que o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

e. *Contas a receber de clientes*

Os saldos de contas a receber de clientes incluem os valores faturados referentes à energia fornecida exclusivamente para os sócios da Companhia, respeitando os percentuais de participação de cada empresa e os valores definidos em contrato.

f. *Imobilizado e intangível*

Ativo Imobilizado registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens e são similares àquelas definidas pela agência regulatória. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos o valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, segundo interpretação da Administração. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas - tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovadas pela Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015 - refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Com a edição da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932, de 14 de setembro de 2021, que prorrogou a outorga das usinas participantes do MRE, a Companhia passou a reconhecer em seu ativo intangível a extensão da concessão para exploração do potencial hidrelétrico do Rio Jacuí. Esse ativo vem sendo amortizado mensalmente pelo método linear, ao longo de sua vida útil, correspondente ao novo prazo final da concessão (Nota Explicativa nº 7).

g. *Redução ao valor recuperável de ativos*

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada no resultado do período.

Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Os intangíveis que a Companhia possui são de vida útil definida e a Administração não identificou indicadores de *impairment* durante o exercício.

h. Direitos e obrigações

Atualizados nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção das receitas (regime do Lucro Presumido). A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, para presunção de lucro para Imposto de Renda e Contribuição Social, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com esses percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade as demais receitas.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo.
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 240 ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.
- Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base no Lucro Presumido, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

j. Receita de contratos com clientes

De acordo com os requisitos do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece a receita somente quando a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida e quando ocorre a transferência da comercialização da energia gerada.

k. Provisão para passivos cíveis, tributários e regulatórios

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, tributários e regulatórios e está discutindo essas questões na esfera judicial. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

l. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. O resultado das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. As

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

principais estimativas realizadas pela Administração referem-se à provisão para passivos cíveis, tributários e regulatórios (Nota Explicativa nº 10) e definição da vida útil do imobilizado (Nota Explicativa nº 7).

m. Ativos Financeiros

As seguintes políticas contábeis foram aplicadas à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- **Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:** esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

n. Novas normas contábeis

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício iniciado em 2025 ou após, e a Companhia não espera impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas:

- Emissão da norma IFRS 18 (CPC 51)– Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Esta nova norma contábil substituirá o IAS 1 (CPC 26)- Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 (CPC 51) não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta norma.

- Emissão da norma IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações. Esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração das normas IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40)– Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção desta alteração nas normas.

- Alteração das normas IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40) – Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Melhorias anuais nas normas IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 40), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36), abordando a determinação

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do “de facto agent” e IAS 7 (CPC 03) abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações. Altera requisitos de divulgação previstos originalmente nesta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) – Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária. Altera requisitos de tratamento e divulgação previstos originalmente nesta norma. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração das normas IFRS 7 (CPC 40), IFRS 18 (CPC 51), IAS 1 (CPC 26), IAS 8 (CPC 23), IAS 36 (CPC 01) e IAS 37 (CPC 25) – Divulgações sobre incertezas nas Demonstrações Financeiras. Altera requisitos de divulgação previstos originalmente nestas normas. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

o. Reforma Tributária sobre o consumo

Em 16 de janeiro de 2025, foi aprovada a Lei Complementar nº 214/2025, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo. O objetivo é substituir gradualmente os tributos atuais (PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI) e criar novos: CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e IS (Imposto Seletivo), este último não aplicável à Companhia.

Os efeitos completos da reforma serão conhecidos após a regulamentação definitiva e a definição da alíquota de referência. A Companhia vem monitorando os impactos e implementando ações necessárias para atender às obrigadoriedades previstas para 2026 e anos seguintes ao da transição, como atualizações sistêmicas, análise de contratos existentes, entre outras medidas. Além disso, acompanha continuamente as alterações legislativas e as discussões do setor.

Até a presente data, a Reforma Tributária não gerou impactos diretos nas informações apresentadas nestas Demonstrações Financeiras.

p. Alterações no Regime do Lucro Presumido

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que promove alterações no regime de tributação pelo Lucro Presumido, incluindo novos percentuais de presunção aplicáveis ao cálculo do IRPJ e da CSLL. A referida lei estabelece um acréscimo de 10% nos percentuais de presunção, aplicável exclusivamente à parcela da receita bruta anual que exceder R\$ 5 milhões, resultando em incremento na carga tributária das entidades enquadradas nesse regime.

A Administração da Companhia avaliou os impactos decorrentes da nova legislação e concluiu que seus efeitos serão aplicáveis a partir do exercício de 2026. Com base nas projeções disponíveis até a presente data, a Companhia já mapeou os potenciais efeitos da alteração, identificando aumento no valor de tributos a recolher. Contudo, tal incremento não representa impacto relevante ou que possa gerar preocupação quanto à capacidade financeira da Companhia. A Administração continuará monitorando eventuais regulamentações e interpretações complementares que possam afetar a mensuração dos tributos sobre o lucro.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	15	28
Aplicações financeiras	6.776	10.791
	<u>6.791</u>	<u>10.819</u>

As aplicações financeiras estão representadas por cotas do Fundo Paraopeba, o qual é classificado como “Renda Fixa”, composto por papéis a preços e taxas de mercado equivalentes a remuneração do Certificado de Depósitos Bancários (CDB), e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. A receita gerada por esses investimentos é registrada como receita financeira.

4 Contas a receber de clientes partes relacionadas

A Companhia realiza operações com partes relacionadas, sendo a principal a venda de energia elétrica, e mantém saldos conforme demonstrado abaixo:

	Vendas	Outras receitas (despesas)	Contas a receber (pagar)	Dividendos a pagar
2025				
COPEL Geração e Transmissão S.A.	15.964	-	1.356	2.127
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	15.964	-	1.356	2.127
<u>Empresas do Grupo Gerdau:</u>				
Gerdau S.A.	38.621	64	3.222	4.981
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(445)	(36)	-
Gerdau - Sociedade de Previdência Privada	-	(106)	-	-
Rio do Sangue Energia S.A.	-	10	-	-
Paranatinga Energia S.A.	-	10	-	-
Total de partes relacionadas	<u>70.549</u>	<u>(467)</u>	<u>5.898</u>	<u>9.235</u>
2024				
COPEL Geração e Transmissão S.A.	16.007	-	1.356	54
Statkraft Energias Renováveis S.A.	754	-	-	-
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	16.007	-	1.356	54
<u>Empresas do Grupo Gerdau:</u>				
Gerdau S.A.	37.363	166	3.175	124
Gerdau Aços Longos S.A.	-	(367)	(44)	-
Gerdau - Sociedade de Previdência Privada	-	(90)	-	-
Total de partes relacionadas	<u>70.131</u>	<u>(291)</u>	<u>5.843</u>	<u>232</u>

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém contratos de longo prazo de venda de energia, destinando toda sua produção para os acionistas. Em 2025, esses contratos foram aditivados, estendendo o prazo de vigência até 2033. A comercialização de energia ocorre de forma proporcional à participação de cada acionista no negócio, com pagamento previsto para o mês subsequente ao faturamento. Caso a obrigação não seja liquidada, aplica-se cláusula contratual de cobrança, incluindo juros. Não há histórico de inadimplência. As condições de compra e venda estabelecidas em contratos não são comparáveis a operações realizadas com terceiros não relacionados.

Além das transações acima, a Companhia mantém a aplicação financeira mencionada na Nota Explicativa nº 3 com a empresa relacionada Fundo Paraopeba, uma controlada da Gerdau S.A.

Em 2025 e 2024 não houve destinação para remuneração da administração em Assembleia geral ordinária.

Em julho de 2024, a Statkraft Energias Renováveis S.A. vendeu sua participação de 2,12% na Dona Francisca Energética para a Gerdau S.A.

5 Adiantamento a fornecedores

Em 2025, o saldo de adiantamento a fornecedores refere-se ao contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da unidade geradora UG2. Esse contrato foi firmado em 15 de dezembro de 2023, com adiantamento contratual de R\$ 2 milhões. Inicialmente, a execução da obra estava prevista para ocorrer entre 2024 e 2025, porém, devido a eventos climáticos extremos ocorridos em 2024 no Rio Grande do Sul e às obrigações regulatórias da Aneel relacionadas a esses eventos, a Companhia reprogramou os serviços para 2026. Parte do valor adiantado, correspondente a R\$ 475 mil, foi baixada com a entrega de materiais, que aguardam a execução dos serviços e estão registrados na conta de imobilizado em andamento.

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores	1.525	1.542
	<u>1.525</u>	<u>1.542</u>

6 Imposto de renda e contribuição social

Ajustes do imposto de renda e da contribuição social no resultado

Com base nos montantes de receita bruta para todos os exercícios apresentados, a Companhia optou pela tributação pelo regime do Lucro Presumido, como demonstrado a seguir:

Imposto de renda	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	70.549	70.131
Alíquota de presunção de lucro (IR)	8%	8%
Base de cálculo	5.644	5.610
Alíquota de imposto de renda	<u>15%</u>	<u>15%</u>
Imposto de renda sobre vendas	<u>847</u>	<u>842</u>

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Base de cálculo do adicional	5.404	5.370
Alíquota de imposto de renda	10%	10%
Imposto de renda sobre vendas	540	537
Acréscimos à base de cálculo	1.749	1.216
* Rendimento de aplicação financeira	1.713	1.197
* Juros recebidos MAE/CCEE	36	19
Alíquota combinada de imposto de renda	25%	25%
Imposto de renda sobre receita financeira	437	304
Imposto de renda devido	1.824	1.683
Contribuição social	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	70.549	70.131
Alíquota de presunção de lucro (CS)	12%	12%
Base de cálculo de CS - Receita bruta de vendas	8.466	8.416
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre venda	762	757
Acréscimos à base de cálculo	1.749	1.216
* Rendimento de aplicação financeira	1.713	1.197
* Juros recebidos MAE/CCEE	36	19
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Contribuição social sobre receita financeira	157	109
Contribuição social devida	919	867
(=) Imposto de renda e Contribuição social devidos	2.744	2.549

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imobilizado

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos eletrônicos de dados	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2024	<u>17.306</u>	<u>88.489</u>	<u>61</u>	<u>338</u>	<u>-</u>	<u>106.194</u>
Adições		1.941		49	4.286	6.276
Baixas				(3)		(3)
Depreciações		(5.148)	(48)	(49)		(5.245)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>17.306</u>	<u>85.282</u>	<u>13</u>	<u>335</u>	<u>4.286</u>	<u>107.222</u>
Custo total	17.306	196.155	266	441	4.286	218.454
Depreciação acumulada		(110.873)	(253)	(106)	-	(111.232)
Em 1º de janeiro de 2025	<u>17.306</u>	<u>85.282</u>	<u>13</u>	<u>335</u>	<u>4.286</u>	<u>107.222</u>
Adições		742		1	9.504	10.247
Transferências		10.054		38	(10.092)	-
Baixas		(4.666)				(4.666)
Depreciações		(4.754)	(9)	(53)		(4.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>17.306</u>	<u>86.659</u>	<u>4</u>	<u>321</u>	<u>3.698</u>	<u>107.987</u>
Custo total	17.306	202.216	267	481	-	220.270
Depreciação acumulada		(115.558)	(263)	(160)	3.698	(112.284)
Valor Residual	<u>17.306</u>	<u>86.658</u>	<u>4</u>	<u>321</u>	<u>3.698</u>	<u>107.987</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	-	2 a 5,8	16,67	6,25 a 14,29		

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações

financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme Orientação OCPC 05 - Contrato de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide de Lei nº 10.848/04 (novo marco regulatório), que não tenham direito à indenização no final do prazo de concessão no processo de reversão dos bens ao Poder Concedente, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo de concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo de concessão. O mesmo tratamento contábil deve ser analisado para os contratos de concessão (uso do bem público) assinados entre 1995 a 2004, sob a égide do Decreto nº 2003, art. 20.

A Administração da Companhia analisou os efeitos dessa Orientação e constatou com sua assessoria jurídica que a Companhia tem direito à indenização no final do prazo de concessão. Desta forma, decidiram por continuar adotando as taxas de depreciação de acordo com a vida útil econômica de cada bem.

O saldo registrado em imobilizado em andamento refere-se ao recebimento dos materiais provenientes do contrato firmado em 2023 para a reforma da Unidade Geradora 2 (UG2), conforme divulgado na nota 5. A execução da obra está prevista para iniciar no primeiro trimestre de 2026.

Em setembro de 2025, a Dona Francisca Energia S.A. ("DFESA"), por intermédio de sua assessoria jurídica, celebrou acordo com a Mapfre Seguros Gerais S.A. visando à extinção da ação judicial em curso relacionada ao sinistro ocorrido em 28 de fevereiro de 2022 na Usina Hidrelétrica Dona Francisca. O acordo foi formalizado nos termos do art. 840 do Código Civil. A demanda judicial teve origem na negativa de cobertura securitária referente aos danos ocasionados pelo referido evento. Conforme as condições pactuadas, a seguradora efetuou o pagamento em outubro de 2025 à DFESA de indenização total e final no montante de R\$ 4.600, após o que a Companhia conferiu plena, geral e irrevogável quitação, renunciando a quaisquer direitos ou pretensões adicionais relacionadas ao sinistro.

O recebimento deste valor da indenização resultou na baixa das máquinas e equipamentos vinculados ao investimento realizado na unidade em 2023, os quais haviam sido afetados pelo evento e estavam registrados no imobilizado da Companhia.

8 Intangível

Com a edição da Lei nº 14.052/2020 e da Resolução ANEEL nº 895/2020, foi reconhecido que parte das perdas sofridas pelo consórcio da UHE Dona Francisca, na qualidade de participante do MRE, foram provocadas por fatores não hidrológicos, permitindo a sua reparação. Quantificadas as perdas sofridas e homologadas pela ANEEL, foi proposto um acordo de reparação mediante a prorrogação de extensão de prazo de concessão de 2033 a 2037, mediante renúncia às ações, administrativas e/ou judiciais, promovidas para discutir o impacto financeiro provocado pelo *Generation Scaling Factor* GSF. Dada a importância desse ajuste, em especial pelo impacto financeiro positivo da prorrogação do contrato de concessão, CEEE-G e DFESA entabularam o Termo de Acordo, de modo a regular a adesão ao novo RNE proposto pela legislação acima mencionada. O ativo intangível foi registrado em outubro de 2021, tendo sofrido amortização desde então, conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Intangível de concessão	57.056	57.056
Amortização acumulada	<u>(14.858)</u>	<u>(11.292)</u>
Saldo	<u>42.198</u>	<u>45.764</u>
Taxas anuais de amortização (%)	6,25	6,25

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Termo de acordo GSF

Com a aquisição da concessão, conforme Nota Explicativa nº 8, foi definido que a DFESA pagará à CEEE-G a quantia acordada no Termo de Acordo, em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, calculadas pelo Sistema de Amortização Constante com data prevista para encerramento em fevereiro de 2026; e que durante o período de extensão do contrato de concessão, serão mantidos os percentuais de participação das partes no consórcio (85% DFESA e 15% CEEE-G), bem como rateados os ônus e bônus advindos da garantia física da usina, o risco hidrológico e o risco de engenharia, conforme os termos e extensão do Termo de Acordo, em idêntica proporção (85% DFESA e 15% CEEE-G).

O Termo teve sua assinatura chancelada em outubro de 2021. Os valores do Termo de acordo estão registrados no passivo circulante e não circulante, com previsão de término em 2026, conforme abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Termo GSF	16.801	31.191
(+) Juros provisionados	1.175	2.399
(-) Pagamento principal	(14.264)	(14.264)
(-) Pagamento juros	(1.309)	(2.525)
Total passivo circulante e não circulante	<u>2.403</u>	<u>16.801</u>

10 Provisão para contingências cíveis, tributárias e regulatórias

a. Causas prováveis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a processos cíveis com risco de perda avaliado como provável:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do período	264	238
(+) Atualização monetária	<u>27</u>	<u>26</u>
Saldo no final do exercício	<u>291</u>	<u>264</u>

A Companhia não apresentava, em 31/12/2025 e 31/12/2024, contingências regulatórias ou tributárias classificadas com risco de perda provável.

b. Causas possíveis

A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 33,5 milhões, dentro desse valor constam: a) R\$ 12 milhões os quais tratam-se de uma indenização por desapropriação movida em desfavor de Dona Francisca Energética e a Companhia Estadual de Energia Elétrica a qual este ano teve movimentação no processo e foi apresentado contrarrazões à apelação; b) R\$ 19 milhões referente a Embargos à Execução Fiscal nº 5010511-85.2022.4.04.7102 (precedido da medida cautelar de caução nº 5004029-58.2021.4.04.7102/RS e da Execução Fiscal nº 5011464-83.2021.4.04.7102) relativos ao crédito tributário remanescente constituído no processo administrativo nº 11060.722686/2014-17 (CDA's 00 2 21 021887-43 e 00 6 21 044150-96). IRPJ e CSLL relativos à glosa das despesas contabilizadas em 30/11/2009 em face de recálculo das multas e dos juros de mora determinado pelos arts. 3º da Lei nº 11.941/09 e 5º da Portaria Conjunta PGFN/RFG nº 6/09, para os efeitos de migração do PAES para o REFIS 2009 ao argumento de que os períodos anteriores a 2005 foram fulminados pela decadência. Para tais demandas, não foram efetuadas provisões contábeis, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ressalta-se que, em 31/12/2025 e em 31/12/2024, a Companhia não apresentava contingências regulatórias classificadas com prognóstico de perda possível.

11 Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação, a tabela a seguir demonstra o cálculo do resultado por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
	<u>(Em milhares, exceto ações)</u>	<u>(Em milhares, exceto ações)</u>
Numerador		
Lucro líquido disponível para acionistas	24.726	23.247
Denominador		
Ações em circulação (média ponderada do ano) *	<u>666.000.000</u>	<u>666.000.000</u>
Resultado por ação (em R\$) - básico e diluído	<u>0,037</u>	<u>0,035</u>

* Não houve emissão de novas ações em conexão com o aumento de capital em 2025.

12 Instrumentos financeiros**a. Considerações gerais**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a estes. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes partes relacionadas, Adiantamento de fornecedores, Outros ativos circulantes, Fornecedores de produtos e serviços além do pagamento do Termo de acordo GSF.

b. Valor de mercado – O valor de mercado dos instrumentos financeiros citados anteriormente está demonstrado a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Aplicação Financeira	6.776	6.776	10.791	10.791
Contas a receber de clientes parte relacionadas	5.934	5.934	5.887	5.887
Adiantamento a fornecedores	1.525	1.525	1.542	1.542
Passivos				
Fornecedores de produtos e serviços	2.162	2.162	2.080	2.080
Termo de Acordo GSF - Circulante	2.403	2.403	14.549	14.549
Termo de Acordo GSF - Não circulante	-	-	2.377	2.377

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

- **Risco de taxas de juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando a adequá-los ao mercado.
- **Risco de liquidez:** a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Administração prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. A Companhia não possui nenhuma linha de financiamento aprovada ou sendo utilizada atualmente considerando que a geração operacional de caixa tem sido suficiente para a manutenção adequada de suas operações.
- **Riscos Climáticos:** a Companhia identifica riscos climáticos relacionados à variação do regime de chuvas, como períodos prolongados de seca, chuvas intensas e concentradas, além do aumento das temperaturas. Esses fatores, contudo, não impactam a receita anual estimada, pois, conforme previsto no contrato de concessão, o sistema opera com garantia física fixa, definida no projeto inicial, independentemente das condições climáticas ou da energia efetivamente gerada. No exercício de 2025, não houve ocorrência de eventos climáticos extremos adicionais em relação a 2024. Apesar de impactos mínimos na operação da Usina, a Companhia mantém seu compromisso com a resiliência às mudanças climáticas, implementando ações e soluções previstas em seu plano de investimentos para mitigar riscos e assegurar a continuidade operacional.

13 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo, o percentual de 1% de sua Receita Operacional Líquida (ROL), com Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pela Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007. Os recursos de P&D são aplicados da seguinte forma: 40% em projetos de pesquisa e desenvolvimento; 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico (FNDCT) e 20% para o Ministério de Minas e Energia. Os valores são provisionados pelo regime de competência, bem como a atualização financeira desses gastos pela Selic.

No ano de 2021 com a Medida Provisória nº 998/2020, convertida em Lei nº 14.120/2021, altera a Lei nº 9.991/2000 e prevê a destinação dos recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE, para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, visando à modicidade tarifária até 2025 como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia de Covid-19.

O Despacho Aneel nº 904/2021 determinou os recolhimentos para a CDE a partir de abril de 2021, sendo que os recolhimentos são efetuados por meio de emissão de boletos mensais pela CCEE, no âmbito da execução orçamentária anual da CDE. A cada parcela será incluída, pela CCEE, a atualização pela taxa SELIC desde a data base informada pela ANEEL até o mês anterior ao vencimento.

Sendo assim o Despacho 904/2021 da ANEEL determinou que a DFESA destinasse o valor constante em seu passivo para a CDE, além das obrigações de P&D mensais.

	31/12/2025	31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento	<u>771</u>	<u>517</u>
	<u>771</u>	<u>517</u>

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Patrimônio líquido

Capital autorizado e subscrito

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 75.500 (R\$ 67.200 em 2024), ambos representados por 666.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, cuja composição é demonstrada a seguir:

	Quantidade	%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	153.381.798	23,03
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC	153.381.798	23,03
Gerdau S.A.	<u>359.236.404</u>	<u>53,94</u>
	<u>666.000.000</u>	<u>100%</u>

Em 21 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 5º, §§ 1º e 2º do Estatuto Social, aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 8.300, sem emissão de novas ações, mediante capitalização de parte do saldo da conta Reserva de Lucros.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, mas não poderá ser usada para fins de pagamento de dividendos. Com o aumento de capital no ano de 2025 foi constituído um adicional de R\$ 1.236, totalizando o valor de R\$ 14.676 em 2025 (R\$ 13.440 em 2024).

Reserva de retenção de lucros

O saldo de reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 60.116 (R\$ 70.161 em 2024), cuja finalidade é assegurar o orçamento de capital da Companhia, conforme estabelecido no art. 196 da Lei 6.404/1976.

No ano de 2024 as reservas de lucro ultrapassaram o Capital Social. O excesso das reservas de lucros em relação ao capital social foi objeto de proposta da Administração da Companhia para capitalização, no valor de R\$ 8.300, que foi submetido e deliberado através de RCA (Reunião do Conselho de Administração) em 21 de fevereiro de 2025, como mencionado acima.

Dividendos a pagar

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) 5% (cinco por cento) destinado à constituição da reserva legal; e b) dos lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício.

No ano de 2025 foi provisionado o valor de R\$ 235 (R\$ 232 em 2024). O valor provisionado em 2024 foi pago no ano de 2025 e aprovado em Assembleia Geral Ordinária ocorrida no dia 31 de março de 2025, juntamente com outros temas.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2025, além dos dividendos mínimos obrigatórios, A Diretoria, nos termos do Estatuto Social, em conformidade com o Artigo 27, parágrafo 1º, deliberou por unanimidade aprovar o crédito a título de dividendos no montante de R\$ 25.000 com base na Reserva de Lucros pré-existente. Deste valor, R\$ 16.000 foram pagos no ano de 2025 e R\$ 9.000 já foram programados para pagamento em janeiro e fevereiro de 2026.

15 Receita líquida

A receita operacional líquida para o exercício possui a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta - Fornecimento de energia elétrica	70.549	70.131
Impostos e contribuições sobre a receita	(3.763)	(3.162)
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	<u>(612)</u>	<u>(620)</u>
Receita líquida	<u><u>66.174</u></u>	<u><u>66.349</u></u>

16 Despesas por natureza

Segue detalhamento das despesas por natureza, apresentadas nas demonstrações de resultados:

Custo de operação	31/12/2025	31/12/2024
Manutenção operacional da Usina	5.925	5.672
Compensação financeira	4.609	3.949
Depreciações	4.816	5.245
Amortização	3.566	3.567
Uso da rede de transmissão	9.510	10.139
Manutenção da usina	2.835	5.915
Indisponibilidade perda de energia	-	422
Termo de compromisso Quarta Colônia (1)	5.041	-
Outros custos e/ou recuperação de custos, líquido	<u>(285)</u>	<u>822</u>
	<u><u>36.017</u></u>	<u><u>35.731</u></u>

(1) O “Termo de Compromisso da Quarta Colônia”, firmado em 5 de junho de 2001 entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Consórcio Dona Francisca (do qual a Dona Francisca Energética S.A. é integrante), estabelece as obrigações de compensação ambiental decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica Dona Francisca. Com o objetivo de dar continuidade à execução das ações de compensação ambiental, foi solicitado pela SEMA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul) o pagamento de R\$ 5.000 em 2025, destinado à aquisição de terras para o Parque Estadual do Tainhas.

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas Administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	1.717	1.454
Outras despesas	1.415	901
	<u>3.132</u>	<u>2.355</u>

O aumento das “outras despesas” em relação ao exercício anterior decorreu da realização do 1º simulado de evacuação da Zona de Autossalvamento (ZAS) da UHE Dona Francisca, com o objetivo de aprimorar o Plano de Ação de Emergência (PAE) e fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Contingência (PLANCON) pelas Defesas Cíveis dos municípios abrangidos pela ZAS.

Outras despesas operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com calamidade	-	1.186
	<u>-</u>	<u>1.186</u>

Em 2024 devido a calamidade no Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia teve custos e despesas que foram primordiais para a continuidade da operação. A maior parte desses gastos foi registrada como custo, pois estavam diretamente associados à operação do negócio, enquanto o restante foi contabilizado em outras receitas/despesas operacionais, incluindo serviços estruturais ao redor da Usina, consumíveis e laudos.

17 Seguros (não auditado)

A Companhia mantém contrato de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre os seus ativos e/ou responsabilidades.

As principais coberturas de seguros contratadas são:

Modalidade	Abrangência	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio	Os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, inundação, quebra de máquina e outros.	953.421	953.421
Responsabilidade civil	Responsabilidade Civil da Operação e barragens, danos causados a terceiros por causas operativas e ou naturais resultante da operação da Usina	60.000	60.000
Seguro Garantia	Garantia aos débitos inscritos em dívidas ativas referentes aos créditos de IRPJ e CSLL, constituídos no Processo Administrativo nº 11060.722686/2014-17, viabilizando a oposição de Embargos à Execução Fiscal nº 5010511-85.2022.4.04.7102	20.209	17.784

DONA FRANCISCA ENERGÉTICA S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**18 Resultado financeiro**

	31/12/2025	31/12/2024
Despesa financeira Termo GSF	(1.176)	(2.399)
Atualização Selic P&D	(77)	(40)
Atualização monetária contingência	(27)	(26)
Outras despesas financeiras	(24)	(31)
Total de despesas financeiras	<u>(1.304)</u>	<u>(2.496)</u>
Rendimento de aplicação financeira	1.713	1.197
Outras receitas financeiras	36	18
Total de receitas financeiras	<u>1.749</u>	<u>1.215</u>
Resultado financeiro	<u><u>445</u></u>	<u><u>(1.281)</u></u>

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: CBFC70B8-0520-4982-9E21-EF4B19F27EF0

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Capa.pdf, Mensagem da Administração 2025_final.pdf, DONAFRANCISCAENERG...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 29

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Jaqueline Franke

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

jaqueline.franke@pwc.com

Endereço IP: 186.215.152.4

Rastreamento de registros

Status: Original

02 de fevereiro de 2026 | 16:59

Portador: Jaqueline Franke

jaqueline.franke@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

02 de fevereiro de 2026 | 17:09

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Emerson Lima de Macedo

ID: 497.470.295-53

Cargo do Signatário: Partner

emerson.macedo@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Emissor: AC SERASA RFB v5

CPF do signatário: 49747029553

Cargo do Signatário: Partner

Assunto: CN=EMERSON LIMA DE MACEDO:49747029553

Assinatura

DocuSigned by:

 Emerson Lima de Macedo
 F15236A410124DE...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.159.65

Política de certificado:

[1]Certificate Policy:

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.10

[1,1]Policy Qualifier Info:

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://publicacao.certificadodigital.com.br/registro/dpc/declaracao-rfb.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 02 de fevereiro de 2026 | 17:03

Visualizado: 02 de fevereiro de 2026 | 17:08

Assinado: 02 de fevereiro de 2026 | 17:09

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Jaqueline Franke jaqueline.franke@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 02 de fevereiro de 2026 17:09 Visualizado: 02 de fevereiro de 2026 17:09 Assinado: 02 de fevereiro de 2026 17:09

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
-------------------------	---------------	--------------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	02 de fevereiro de 2026 17:03
Entrega certificada	Segurança verificada	02 de fevereiro de 2026 17:08
Assinatura concluída	Segurança verificada	02 de fevereiro de 2026 17:09
Concluído	Segurança verificada	02 de fevereiro de 2026 17:09

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------